



Agricultura familiar e trabalho rural em Santa Catarina

Dilvan Luiz Ferrari¹

Resumo – Atualmente há um consenso sobre a necessidade de se repensar os processos de desenvolvimento rural, os quais não podem mais ser analisados da forma tradicional. Particularmente, em relação à produção familiar, observa-se que as transformações estruturais em curso impactaram decisivamente a sua forma de reprodução e as suas relações de trabalho. As mudanças na estrutura ocupacional rural em Santa Catarina indicam o decréscimo de pessoas ocupadas em atividades estritamente agrícolas e o aumento das ocupações não-agrícolas. A diversidade social e econômica entre as diferentes regiões sugere que esse processo está longe de ser homogêneo, em especial, na Região Oeste de Santa Catarina, cuja base econômica é a agropecuária e as oportunidades de trabalho em atividades não-agrícolas no meio rural apresentam-se ainda bastante limitadas. Políticas públicas para o desenvolvimento rural devem levar em conta as especificidades regionais e valorizar as potencialidades locais.

Termos para indexação: trabalho rural, pluriatividade, desenvolvimento.

Family farm and rural job opportunities in Santa Catarina

Abstract – Nowadays, there is a consensus about the necessity of rethinking the rural development processes, which cannot be analyzed through traditional way. Particularly, in relation to the familiar production, it is observed that the present structural transformations have impacted decisively its form of reproduction and its relations of work. The changes in the rural job structure in Santa Catarina State indicate a decrease in working people in exclusively agricultural activities and the increase of the non-agricultural occupations. Social and economical diversities among the different regions suggest this process is far from being homogeneous in the West Region of the State, whose economical base is the agriculture production and animal raising. In that region the opportunities in non-agricultural activities in the rural area are still very limited. Public politics for the rural development must take into account the regional specificities in order to valorize the local potentialities.

Index terms: rural work, pluriactivity, development.

Introdução

As transformações em andamento no espaço rural são responsáveis pela emergência de novos atores sociais e, ao mesmo tempo, novas funções são demandadas a partir da idéia de revalorização de seus atributos, como um espaço de vida e de bem-estar em que são produzidos não somente alimentos, mas uma diversidade de serviços e de outros bens. Isso impõe a necessidade de novas abordagens, com destaque para o mercado de trabalho e para a economia regional, a fim de que seja feita a análise e a compreensão das novas

relações emergentes.

Neste texto, discute-se a agricultura familiar no contexto das novas funções que o espaço rural vem assumindo nos anos recentes e as mudanças na estrutura ocupacional dos componentes do núcleo familiar, com ênfase ao processo verificado em Santa Catarina, na década de 90, relacionando-os às transformações mais gerais que ocorreram nesse período, assim como à realidade rural da Região Oeste do Estado. Para auxiliar na análise, foi utilizada uma base de dados obtida por meio de Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Bra-

sileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, partindo de tabulações especiais do Projeto Rurbano² da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp –, para o período compreendido entre os anos de 1981 e 1999.

As informações evidenciam uma forte redução da ocupação da população economicamente ativa (PEA) rural em atividades agrícolas, ao mesmo tempo em que crescem as ocupações em atividades não-agrícolas. Isto revela, por um lado, os impasses da "modernização conservadora" e do modelo agrícola assentado na produção integrada a gran-

¹Eng. agr., M.Sc., Epagri/Centro de Pesquisas para Agricultura Familiar, C.P. 791, 89801-970 Chapecó, SC, fone: (049) 328-4277, e-mail: dilvanf@epagri.rct-sc.br.

²Projeto sobre as transformações do rural brasileiro, relativas à população ocupada, emprego e renda.

des complexos agroindustriais e, por outro, que o espaço rural não é um local apenas de produção agrícola, mas um espaço de novas formas de vida e de trabalho não estritamente vinculadas à exploração e ao uso do solo.

A ocupação da população rural nas atividades agrícolas

A população rural catarinense ocupada em atividades agrícolas vem decrescendo gradativamente ao longo dos últimos anos. No ano de 1981, 77,9% da população rural estava ocupada na agricultura; já em 1999, este percentual caiu para 65,5%. Por outro lado, no ano de 1981, o setor agrícola respondia por 42,6% do total das ocupações em Santa Catarina, caindo para 22,8% em 1999 (Figura 1).

Esse comportamento do emprego agrícola remete à discussão da agricultura no cenário macroeconômico do Brasil. A redução da população ocupada em atividades agrícolas encontra-se fortemente relacionada à continuidade da modernização agrícola iniciada ainda nos anos 60. Esse processo aprofundou-se nas décadas de 80 e 90, sobretudo por meio do desmonte das políticas agrícolas, da maior utilização de insumos modernos, da mecanização dos tratamentos culturais e da colheita das culturas anuais, bem como pela automação e inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra no setor pecuário. Assim, alterou-se a forma de produzir

e as próprias relações de trabalho no meio rural, que passaram a se subordinar à dinâmica da produção industrial.

De fato, essas transformações estruturais geraram uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no meio rural brasileiro e catarinense. Por um lado, a "penetração capitalista" na agricultura conduziu a um processo crescente de integração aos demais setores da economia, fazendo com que o ritmo e a dinâmica da produção ficassem cada vez mais subordinados aos movimentos gerais da economia do País. A integração vertical da produção desloca o poder de decisão do agricultor para os agentes econômicos externos envolvidos no processo produtivo.

Por outro lado, a persistente queda da renda dos grãos nas duas últimas décadas tem desestimulado a permanência dos agricultores de menor escala de produção na atividade. A título de exemplo, a cultura do milho apresentou declínio no número de produtores (de 194 mil em 1985 para 151 mil em 1996) e redução da área plantada. Contudo, essa diminuição ocorreu apenas nas propriedades que cultivavam até 20ha de milho (Síntese..., 1998).

Levantamentos realizados pelo IBGE mostram que as culturas anuais e o fumo são responsáveis pela ocupação de cerca de 70% da PEA rural catarinense em atividades agrícolas. A atividade de criação de animais (especialmente bovinos de leite e suínos) é responsável pelo

terceiro maior contingente de pessoas ocupadas, e a tendência de crescimento verificada nos anos 90 se deve principalmente à expansão da bovinocultura de leite no Estado, incorporando uma parcela das pessoas excluídas do processo de concentração na suinocultura catarinense.

Em suma, a evolução da agricultura do Estado reflete os ajustes que o setor vem fazendo diante das transformações estruturais por que passam a economia mundial e a brasileira, destacando-se a maior abertura comercial e financeira, o afastamento do governo do mercado de produtos, a diminuição dos recursos públicos para o financiamento da agricultura e a mudança do padrão tecnológico e de consumo no País.

As transformações das ocupações rurais em Santa Catarina

No meio rural catarinense, a população ocupada apresentou uma tendência à queda no período de 1992 a 1999, com a perda de 98 mil postos de trabalho. Isso demonstra uma propensão ao desaparecimento do dinamismo na geração de ocupações no meio rural no Estado, o que pode levar a três situações: (a) o aumento do número de pessoas procurando emprego, (b) a subocupação ou inatividade de pessoas no meio rural, (c) a migração de pessoas em idade ativa para outras localidades em busca de trabalho.

Ao voltar-se à análise para as pessoas com domicílio rural, pode-se notar, para o Estado de Santa Catarina, contrariamente ao que ocorreu até meados de 1980, uma tendência de queda da PEA agrícola e um aumento mais expressivo da PEA não-agrícola nos anos 90 (Figura 2).

No período entre 1992 e 1999, houve uma diminuição de aproximadamente 160 mil pessoas nas ocupações agrícolas do Estado, apresentando uma tendência de queda da PEA agrícola na ordem de 4,4% ao ano. O impacto dessa redução foi amenizado pela expansão do trabalho em atividades não-agrícolas, que incorporou, nesse mesmo período, 65 mil pessoas ao mercado de trabalho.

Este fato determinou o aumento da participação das ocupações não-agrícolas de 21,95% no início dos

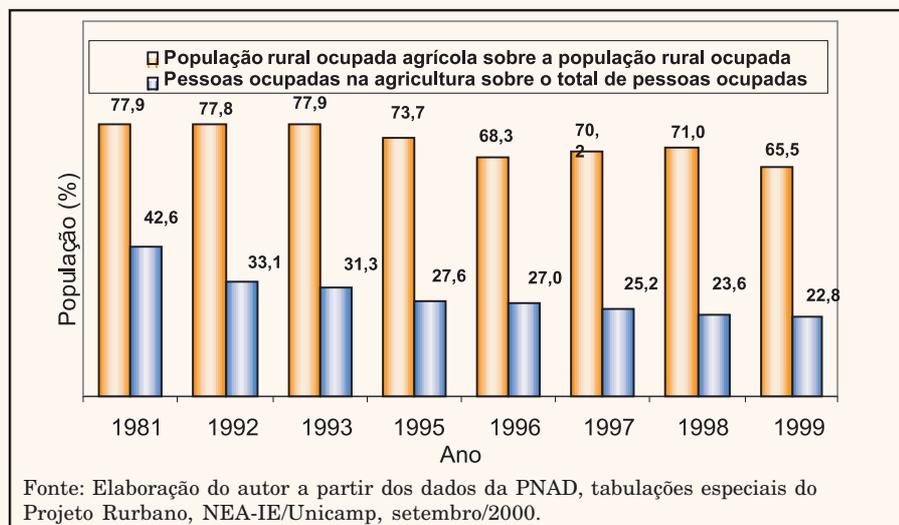


Figura 1. Evolução da população ocupada na agricultura no Estado de Santa Catarina em 1981 e nos anos 90

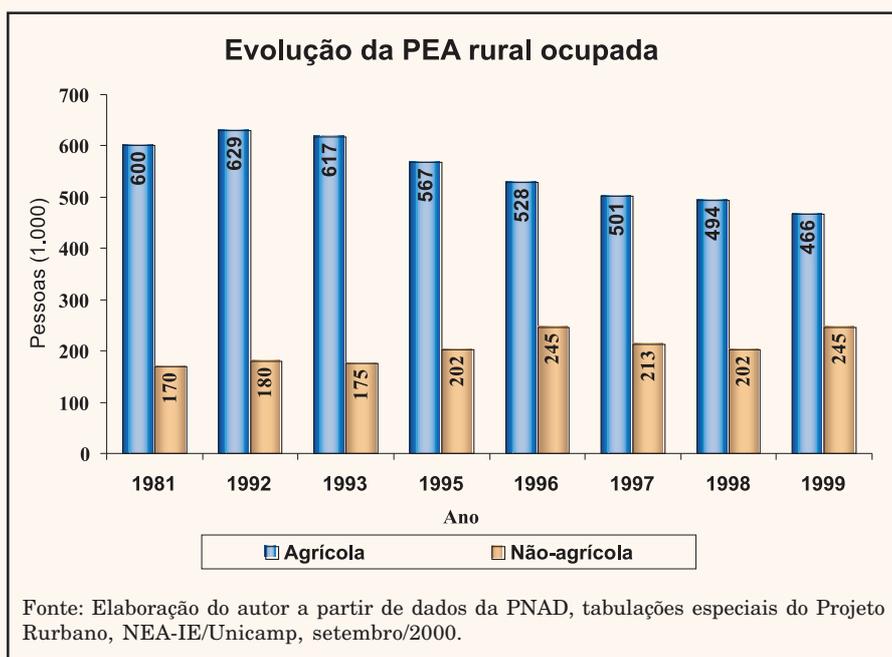


Figura 2. Evolução da população economicamente ativa (PEA) rural ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas em Santa Catarina em 1981 e nos anos 90

anos 90 – por sinal, o mesmo do ano de 1981, que era de 21,91% – para 32,93% no ano de 1999, considerando o conjunto da população rural economicamente ativa. Ainda, conforme já havia observado Mattei (1999), no caso das ocupações não-agrícolas, ao contrário das ocupações agrícolas, em termos de valores absolutos, pode-se notar um movimento ascendente desde o início dos anos 80. Isto significa que a ocupação em atividades não-agrícolas no meio rural catarinense não é um fenômeno novo, mas que apenas se intensifica nos anos 90.

Na verdade, a diminuição do emprego em atividades agrícolas não é um problema relacionado apenas ao Estado de Santa Catarina. Estudos mostram que houve uma redução constante da demanda de força de trabalho agrícola no meio rural brasileiro a partir da segunda metade dos anos 80³ (Silva, 1996; Mattei, 1999), em função da elevação da produtividade do trabalho agrícola, associada à incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, as quais gradativamente vêm substituindo, ou mesmo eliminando, a força de trabalho humana.

Essa diminuição de postos de trabalho na atividade agrícola tem como consequência imediata, especialmente a partir de 1995, um expressivo crescimento do número de pessoas procurando emprego, chegando a 33 mil desempregados no meio rural no ano de 1999 (Ferrari, 2003). Para esta parcela de trabalhadores rurais catarinenses que não consegue ser alocada em atividades agrícolas, resta tentar um emprego em atividades não-agrícolas, geralmente em um núcleo urbano próximo, ou então abandonar definitivamente seu local de moradia e convívio para buscar uma oportunidade de trabalho e de renda em regiões economicamente mais ativas.

No Brasil, historicamente, a capacidade dos centros urbanos em absorver os trabalhadores agricultores expulsos das áreas rurais é limitada. Conforme demonstrou a análise de Guanziroli et al. (2001), dadas as dificuldades de acesso à terra, para a grande maioria, a única alternativa foi a migração para os centros urbanos, caracterizando um "êxodo rural prematuro", na medida em que seu ritmo foi muito superior àquele da expansão das oportunidades de

emprego urbano-industrial. Neste contexto, as novas funções do espaço rural podem vir a contribuir, de forma efetiva, para amenizar a falta de trabalho em outros locais para as populações rurais.

Ainda houve um forte aumento de aposentados e pensionistas residentes no meio rural, chegando a 100 mil pessoas no ano de 1999 (Ferrari, 2003). Este quadro está relacionado à extensão dos benefícios previdenciários às áreas rurais a partir de 1992. Assim, em muitas localidades essencialmente rurais, cuja economia depende fortemente da produção agropecuária, as rendas desses benefícios determinam o fluxo financeiro do comércio local e a dinâmica econômica dos pequenos municípios, principalmente naqueles em que a renda das populações rurais é muito baixa.

Ocupações rurais e pluriatividade no Oeste Catarinense

O crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural catarinense parece indicar que este é um fenômeno fortemente relacionado às economias locais e regionais. O entorno socioeconômico pode gerar uma dinâmica capaz de oferecer à população que vive no meio rural novas oportunidades de trabalho e de renda, sem a necessidade de "desertificar" o espaço rural. Estas oportunidades parecem ser mais efetivas nos espaços periurbanos, próximos a centros urbanos maiores e mais dinâmicos.

Ao que tudo indica, a dinâmica das ocupações não-agrícolas se dá apenas em alguns espaços do território, com maior ênfase nas regiões metropolitanas (Silva & Veras, 2001). Em seu trabalho de pesquisa no Sul do Estado, Paulilo (1990) afirmou: "também o êxodo dos filhos nos pareceu mais forte nas regiões próximas a Criciúma, o que é perfeitamente compreensível, já que esta cidade oferece maiores oportunidades de emprego, devido à presença das minas, das fábricas de cerâmica e do acesso asfaltado a algumas localidades próximas". Portanto, conforme enfatizou Schneider (1999), a

³Em Santa Catarina, os dados do Censo Agropecuário a respeito do número de pessoas ocupadas na agricultura, são: 1970 = 763.501; em 1975 = 858.734; em 1980 = 836.755; em 1985 = 887.287 e em 1995/96 = 718.694 pessoas.

pluriatividade parece ser um fenômeno fortemente ancorado ao ambiente social e econômico local, especialmente ao mercado de trabalho não-agrícola.

A desagregação das informações a partir de economias regionais possibilita revelar com maior profundidade o meio rural catarinense e suas peculiaridades. A ocupação das pessoas que moram no meio rural, na microrregião de Concórdia, Oeste Catarinense, está representada na Figura 3.

Pode-se observar que de um total de 43.881 pessoas ocupadas, a ampla maioria (95,9%) dedicava-se a atividades no setor primário, enquanto que os setores secundário e terciário, juntos, respondiam por apenas 4,11% do total de pessoas ocupadas e que tinham residência no meio rural. Esta situação revela que o Oeste de Santa Catarina tem na agricultura sua principal fonte geradora de oportunidades de trabalho para a população que vive no meio rural. Não se confirma para esta região o resultado apresentado com base nos dados agregados da PNAD, a qual mostra que a ocupação da PEA rural catarinense em atividades não-agrícolas atinge cerca de 32% do total de pessoas ocupadas.

Portanto, tal processo não representa efetiva homogeneidade quando comparado a regiões com perfil agrícola estruturado, ou seja, com áreas em que as atividades não estejam totalmente inseridas em complexos agrícolas que produzam assalariamento intensivo e/ou que desestruturam a base da agricultura familiar, seja pela substituição de atividades agrícolas, seja pelo processo de alteração da estrutura fundiária em direção à concentração de terras.

O processo de ocupação e colonização da Região Oeste de Santa Catarina por famílias de agricultores oriundas do Rio Grande do Sul, com rápida expansão da produção agropecuária; a implantação e a consolidação do complexo agroindustrial de aves e suínos espacialmente concentrada – não conformando um pro-

cesso de industrialização difusa; a precariedade das vias de acesso do meio rural até as cidades, bem como a distância dos pólos urbanos regionais, dificultando o estabelecimento de um fluxo contínuo e diário de circulação de pessoas⁴; as limitadas iniciativas de outros ramos da indústria ajudam a explicar o fraco dinamismo do trabalho em atividades não-agrícolas na região.

A forte dependência regional da agricultura fica evidenciada na medida em que o Oeste Catarinense responde por 56% do valor bruto da produção agropecuária estadual e que, em 76% dos municípios, a população local se ocupa majoritariamente em atividades agropecuárias⁵. Há grandes diferenças em termos de alternativas de geração de trabalho e renda entre as principais regiões do Estado. A produção e a transformação de produtos da agropecuária é a base da economia do Oeste e responsável pelo movimento econômico de ampla maioria dos municípios da região.

A dinâmica das ocupações rurais

A queda das ocupações estritamente agrícolas afeta mais diretamente as categorias de trabalhadores "conta-própria" e os "não-remunerados", base do modelo familiar de produção no território catarinense (Ferrari, 2003).

As profundas mudanças ocorridas na base técnica da produção, as quais elevaram os níveis de produtividade do trabalho, aliadas às políticas de desregulamentação e liberalização dos mercados no início dos anos 90, e a crise econômica das últimas décadas, que acabaram por afetar a agropecuária catarinense, sobretudo o segmento de produtores familiares vinculados a cadeias agroindustriais (suínos, aves, milho, soja, fumo e leite), foram determinantes na redução da participação destas categorias no conjunto do trabalho rural e na ampliação do segmento dos trabalhadores rurais assalariados.

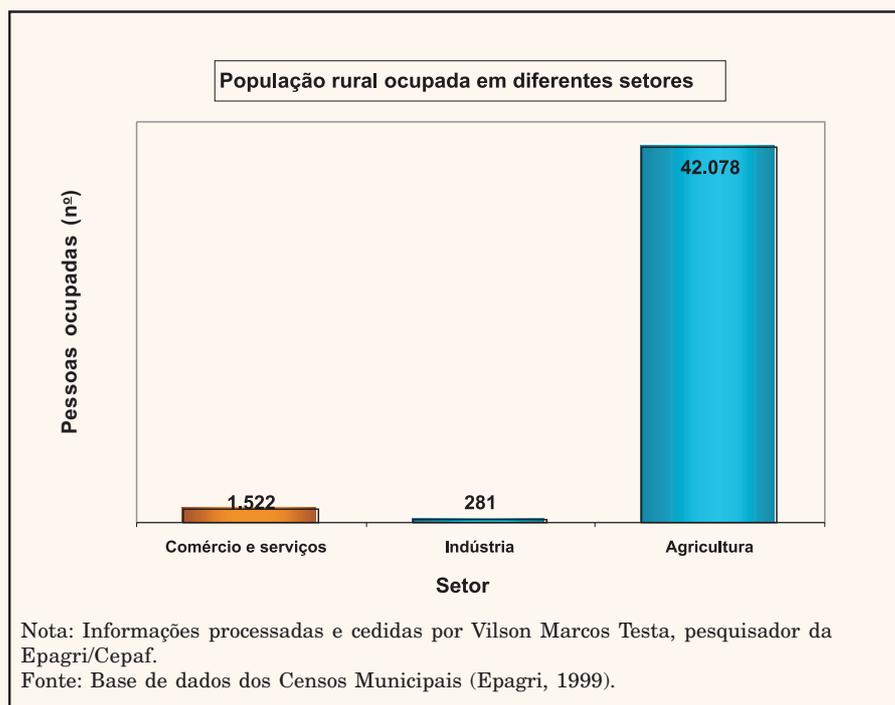


Figura 3. Atuação da mão-de-obra do meio rural (total de 43.881 trabalhadores) segundo sua destinação, na microrregião de Concórdia, situada no Oeste de Santa Catarina. Anos 1997 e 1998

⁴Há um caso em que a Cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora), ao instalar uma unidade industrial no município rural de Quilombo, contratou muitos jovens que moram com suas famílias no meio rural. Adotou uma estratégia em que um ônibus circula pelas comunidades do interior, fazendo o transporte dos trabalhadores até o frigorífico, que se situa próximo ao perímetro urbano.

⁵Os dados do Censo Agropecuário de 1995-96 revelam que 322,19 mil pessoas (44,83% do total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agrícolas no Estado) estavam ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do Oeste Catarinense naquele ano. Este fato reafirma a importância da agricultura familiar para a geração de postos de trabalho e de oportunidades de renda, contribuindo para a permanência da população rural na região.

Ademais, é importante considerar as mudanças ocorridas na estrutura e nos tipos de emprego dentro do contexto das transformações do trabalho no mundo rural, no qual, por um lado, verifica-se uma constante redução da oferta de trabalho agrícola e, por outro, a própria descapitalização dos produtores rurais, obrigando-os a buscar novos tipos de ocupações que propiciem alcançar rendas capazes de manter o patrimônio e as necessidades familiares básicas.

Para a economia do Oeste de Santa Catarina, a dinâmica responsável pela geração de ocupações rurais em atividades não-agrícolas é derivada essencialmente da produção agropecuária, por meio do processamento da produção agrícola no meio rural, da implantação de pequenas e médias agroindústrias e do consumo de insumos não-agrícolas neste processo, o que permite a expansão das ocupações não-agrícolas. Nesta dinâmica, estão inseridos os setores da indústria de alimentos e do comércio de mercadorias. Além desta, podem-se acrescentar outras duas dinâmicas para a região: uma ligada ao ramo da indústria da construção civil e outra ligada à expansão dos serviços públicos às áreas rurais, ambas relacionadas à emancipação de um grande número de novos municípios no Oeste Catarinense na década de 90.

Em grande medida, esse comportamento revela que em Santa Catarina as diferentes dinâmicas locais/regionais determinam a construção de novas oportunidades de ocupação para a população que vive no meio rural. Isto reforça um ponto relevante: as condições de produção e reprodução no meio rural, com base em atividades e empregos agrícolas ou não, dependem do contexto em que essas atividades estejam inseridas. Nas regiões mais desenvolvidas, a possibilidade de inserção das famílias nos mercados de produto ou de trabalho é maior e se dá, normalmente, sob melhores condições de trabalho e de remuneração.

Portanto, verifica-se que para o Oeste Catarinense as oportunidades de trabalho e renda estão diretamente ligadas ao desenvolvimento da economia agropecuária, que tem condições de abarcar um grande número de trabalhadores familiares, desde que as políticas públicas para o setor não viabilizem a consolidação de tra-

jetórias produtivistas, concentradoras e excludentes, e permitam dinamizar as potencialidades dos recursos locais.

Considerações finais

A análise da ocupação da população rural catarinense nas duas últimas décadas mostrou uma queda das oportunidades de trabalho em atividades agrícolas e, ao mesmo tempo, o crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas. Contudo, este potencial de trabalho em atividades fora do setor primário não significa um processo de vitalização do espaço rural catarinense na medida em que estas ocupações, em sua grande maioria, não se dão no próprio meio rural. Isto significa que a população rural, na busca incessante de oportunidades de trabalho, não encontra na dimensão espacial os limites para sua sobrevivência e reprodução.

De qualquer forma, as atividades não-agrícolas apresentam-se como alternativa potencial para ocupação da PEA rural, principalmente considerando-se que as atividades agrícolas vêm mostrando uma reduzida capacidade de abertura de novas ocupações e postos de trabalho. Pode-se dizer que esse processo de diversificação produtiva no espaço rural catarinense complementa o papel da agricultura como importante atividade econômica na geração de postos de trabalho para a população rural. Assim, mesmo sendo, em sua maioria, atividades de baixo nível de qualificação e remuneração, elas podem desempenhar um papel fundamental para a reprodução das famílias rurais catarinenses. Mas, como enfatizaram Reardon et al. (1998), não é uma panacéia antipobreza, nem será um caminho fácil fomentar um desenvolvimento equitativo deste setor.

A reflexão necessária é a de que não se deve imaginar que as atividades não-agrícolas, *per se*, possam resolver ou amenizar tantos problemas que afligem a população rural catarinense. As políticas implementadas nos últimos anos levaram a um intenso processo de concentração e exclusão de produtores dos principais mercados agrícolas e dos complexos agroindustriais, descapitalização e decomposição social e êxodo rural. Os velhos mitos (o rural como sinônimo de atraso; o rural

é predominantemente agrícola; o êxodo rural é inexorável; o desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural) não devem ser substituídos por novos – as ocupações rurais não-agrícolas são a solução para o desemprego; elas podem ser o motor do desenvolvimento nas regiões atrasadas; a reforma agrária não é mais necessária; e o desenvolvimento local leva automaticamente ao desenvolvimento.

Literatura citada

1. FERRARI, D. L. *Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina*. 2003. 190f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente), Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, SP.
2. GUANZIROLI, C.E.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.
3. MATTEI, L. *Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina*. 1999. 211f. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, SP.
4. PAULILO, M.I.S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 184p.
5. REARDON, T.; CRUZ, M.E.; BERDEGUÉ, J. *Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos*. Apresentado no Terceiro Simposio Latinoamericano de Investigación y Extensión en Sistemas Agropecuarios, Lima, Perú, 19-21 agosto de 1998.
6. SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e pluriatividade*. 1999. 470f. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS, Porto Alegre, RS.
7. SILVA, A.G. da; VERAS, E.C. A heterogeneidade da dinâmica das ocupações no rural do Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, 2001, Recife, PE. *Anais...* Recife, PE: SOBER, 2001.
8. SILVA, J. G. da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, SP: Unicamp/Instituto de Economia, 1996. 217p.
9. SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 1997. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1998. 154p. ■